MUNICÍPIO DE TAROUCA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA NÚMERO NOVE DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 27.02.2015

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de dois mil e quinze, nesta Cidade de Tarouca, edifício dos Paços do Município e salão nobre das reuniões, teve lugar a nona sessão da Assembleia Municipal de Tarouca, sob a presidência do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Domingos Manuel Pinto Nascimento, coadjuvado pelos membros Rui Manuel da Costa Pereira e Dina Maria de Almeida Tomé, primeiro e segundo secretários, respetivamente.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a reunião pelas catorze horas e quarenta e cinco minutos.

Procedeu-se de imediato à chamada para a verificação do quórum, tendo-se notado a presença dos seguintes membros, para além dos supra mencionados que constituem a Mesa da Assembleia:

- Membros eleitos diretamente:

- Luís Fernando Coelho de Barros Pereira; António Luís Carrapa Sarmento; António do Carmo Santos; Manuel do Carmo Ferreira; Liliana Matias Soares; Paulo Jorge Dias Pereira; José Manuel de Andrade Oliveira; Manuel Leite dos Santos; Teresa Alexandra Carvalho Silva.

- Presidentes de Junta de Freguesia:

- Rufino Marcelo Queirós; Manuel Francisco Alves Pinto Laranjo; Tiago Jorge Martins Eusébio; Gentil Cabral Duarte, Secretário da Junta de Freguesia de Várzea da Serra em substituição de Domingos dos Santos Rodrigues; Balduíno do Carmo Fonseca, tesoureiro da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Gouviães e Ucanha em substituição de João Manuel Santos Félix; Vítor Alexandre Cardoso Ferreira e Rui Fernando Guedes Raimundo.

Não compareceram os seguintes membros: Maria Amélia Pires de Albuquerque; Maria Albertina da Silva Ferreira Adrega Cardoso; e Ana Palmira Botelho Figueiredo.

Verificou-se ainda a presença do Senhor Presidente da Câmara e dos Senhores Vereadores José António Amaro Nunes, José Damião Lopes Guedes de Melo, Afonso Manuel Batista Dias e Susana Cristina Dias Pereira.

Verificou-se também a presença da Coordenadora Técnica, Ana Maria Guerra Borges, designada para lavrar as atas e as minutas da Assembleia Municipal, no mandato autárquico de 2013 - 2017.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal iniciou por cumprimentar e agradecer aos cidadãos presentes, aos representantes das diversas instituições do Concelho, aos Presidentes das Assembleias de Freguesia e à comunicação social, por se terem deslocado para participar nesta sessão. Cumprimentou de seguida todos os membros da Assembleia e do Executivo presentes.

Aproveitou a oportunidade para chamar a atenção dos presentes, para o facto de se poderem inscrever, para o primeiro momento da intervenção do público.
Prosseguiu informando que os membros: Maria Amélia Pires de Albuquerque; Maria Albertina da Silva Ferreira Adrega Cardoso; e Ana Palmira Botelho Figueiredo, apresentaram justificação de falta à presente sessão, as quais foram aceites pela Mesa e serão arquivadas sob os números cinquenta e um a cinquenta e três do maço de documentos número um do livro de atas número dez.
Passou-se de imediato à discussão da agenda de trabalhos que se segue:

❖ **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

➢ Apreciação e votação da acta n° 8 da sessão ordinária de 13.12.2014;

➢ Intervenção do Senhor Presidente da Assembleia Municipal: Expediente, informações e contextualização da sessão.

❖ **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (1° momento)**

❖ **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** (continuação)

➢ Intervenção dos membros da Assembleia nos termos do art. 17° do Regimento.

❖ **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

1. Apresentação das atividades desenvolvidas no âmbito da Comunidade Intermunicipal do Douro nos termos da al. a) do n° 5 da Lei n° 75/2013, de 12 de setembro;

2. Apreciação do Relatório Anual de Atividades e Avaliação 2014 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Tarouca, de acordo com a al. h) do n° 2, do art. 18° da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei n° 147/99, de 1/09);

3. Cuidados de Saúde para os Cidadãos do concelho de Tarouca - cuidados de saúde primários, hospitalares e continuados;

4. Apreciação da informação respeitante aos compromissos com encargos plurianuais assumidos no período de 20.11.2014 a 31.01.2015;

5. Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia e do seu substituto (também presidente de Junta de Freguesia) para representação das Juntas de Freguesia do Município no XXII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses;

6. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade do Município, da respectiva situação financeira e dos resultados da participação do Município nas empresas locais e em quaisquer outras entidades (alíneas b) e c) do n° 2 art. 25° da Lei n° 75/2013, de 12.09).

❖ **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (2° momento)**

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

MUNICÍPIO DE TAROUCA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA Nº 8, DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 13.12.2014

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à discussão do plenário a ata número oito da sessão ordinária de treze de dezembro último, cuja leitura foi dispensada, em virtude do texto ter sido distribuído previamente a todos os membros da Assembleia Municipal.

O membro António Luís Carrapa Sarmento solicitou as seguintes alterações à ata:

- Folha cento e trinta e sete - primeiro parágrafo: onde se lê "(…)Salão Nobre dos Paços do Municipio (…), deverá ler "(…) Auditório Municipal Adácio Pestana (…)";
- Folha cento e cinquenta e um verso - oitavo parágrafo: onde se lê "(…) filme gratuita (…), deverá ler-se (…) filme gratuito (…).

Não tendo sido apresentadas outras alterações, procedeu-se de seguida à votação da ata número oito da sessão ordinária de treze de dezembro último, a qual foi aprovada por unanimidade.

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: CONTEXTUALIZAÇÃO DA SESSÃO, EXPEDIENTE E INFORMAÇÕES.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal na contextualização da sessão iniciou por informar acerca da correspondência que foi recebida, salientando que a mesma está disponível para ser consultada por qualquer membro:

- Convocatória para o XXII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses (27 e 28 de março);
- Convites da Santa Casa da Misericórdia para a apresentação dos livros da coleção "Magias da Escola", de César Luís de Carvalho, e para a entrega de Medalhas de Mérito;
- Convite da Associação da Juventude do Concelho de Tarouca para o jantar/debate Juventude Ativa - 28/02
- Carta do Grupo Solidário Elas, mostrando o desagrado em relação ao Boletim Informativo do Município, por terem sido excluídas dos eventos, nomeadamente no que respeita à atividade "Feirinhas na Aldeia", e convidando para o evento "Desfile de Modelos", a realizar no dia 25 de março no Auditório Municipal;

Salientou que às sextas-feiras a Mesa da Assembleia está disponível para o atendimento a cidadãos a título individual ou em representação de Instituições.

Salientou ainda a realização da reunião da Comissão Permanente no dia treze de fevereiro corrente, que se tem revelado uma forma bastante profícua de trabalhar.

Informou que participou com o membro António Carmo Santos na reunião da Assembleia Intermunicipal da CIMDouro, em 12.01.2015, para apreciação e deliberação acerca da Estratégia Territorial de Desenvolvimento do Douro 2014-

2020, cujo documento será hoje apresentado nesta sessão pelo Secretário Executivo daquela entidade, para que todos os membros e cidadão presentes possam partilhar dessa informação, de forma a perceberem qual será o caminho a percorrer no futuro próximo.
Referiu ainda que recebeu com muito agrado um ofício do INEM em resposta ao pedido do Presidente da Assembleia para instalação de um Posto de Emergência Médica - PEM - em Tarouca, no qual informam que aquele posto será instalado no 1° semestre do corrente ano em Tarouca. Congratulou-se com esta decisão, por entender que a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários, os cidadãos de Tarouca e da região terão muito a ganhar com este posto, uma vez que era já um objetivo muito antigo.
Prosseguiu dizendo que, uma vez nesta reunião estão em discussão temas estruturantes, como o desenvolvimento regional e a saúde, deixa as seguintes questões para reflexão:
- Qual o Douro-Sul que queremos?
- Há necessidade de projetos políticos claros para o combate da desertificação e falta de emprego. Que soluções?
- Como maximizar as potencialidades deste Concelho, em favor dos cidadãos, uma vez que, em termos geomorfológicos, de geografia humana e territorial, tem particularidades que fazem dele um território único no mundo?
Continuou desejando as rápidas melhoras ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Várzea da Serra, Domingos Rodrigues, disponibilizando-se para o que for necessário.
Enalteceu o trabalho do Senhor Presidente da Câmara no que respeita aos transportes escolares e pelo resultado da providência cautelar. Ressaltou o esforço incrível que está a ser feito na Régiefrutas para viabilizar aquela organização que estava numa falência estrutural e sem quaisquer condições que permitissem uma viabilidade sustentável.
Congratulou-se ainda com a forma consistente e discreta como têm vindo a ser resolvidos os pedidos de apoio social pelo Senhor Presidente da Câmara.
Salientou o trabalho que tem vindo a ser realizado pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco.
Regozijou-se com a inauguração da sede da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Tarouca e Dálvares, por ter sido um grande momento de cidadania, felicitando o Município e a Freguesia por terem encontrado uma solução para aquele edifício tão bonito.
Ressaltou a forma genuína e interessante do carnaval de Mondim da Beira, tendo dado os parabéns ao respetivo Presidente de Junta de Freguesia, pelo envolvimento das pessoas.

Destacou os desfiles de carnaval de Arguedeira, Esporões e Tarouca, desejando que sejam transformados num grande evento conjunto, que possa ser um cartaz turístico, porque são todos muito genuínos e interessantes.
Salientou ainda os desfiles de carnaval do Centro Escolar e da Santa Casa da Misericórdia, desejando que também estes se juntassem num só evento.
Referiu a realização do Encontro de Cantadores de Janeiras, em Salzedas, o qual foi um evento muito interessante e único, tendo dado os parabéns ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Salzedas pela sua realização.
Ressaltou as caminhadas que têm vindo a ser organizadas mensalmente, bem como as festas de natal realizadas pelas diversas instituições, nomeadamente a da Santa Casa da Misericórdia e do Município.
Salientou ainda o Boletim Informativo e o desdobrável publicados pelo Município, que difundem a nova imagem Tarouca Vale do Varosa, a qual está a ser desenvolvida para divulgação do Concelho. Considera que este é um passo extraordinário para a imagem turística, congratulando-se com o Executivo pelo empenho para encontrar as melhores soluções para o Concelho.
Concluiu salientando o trabalho realizado pela Associação Sport Clube de Tarouca e pela Associação dos Amigos dos Animais de Tarouca.
De seguida, deu início ao

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (1° momento)

Inscreveu-se para intervir a munícipe Assunção Monteiro, residente na cidade de Tarouca.
- **Assunção Monteiro –** Iniciou por solicitar a divulgação de um resumo das atividades realizadas pelo Município, bem como de uma síntese dos pedidos apresentados pelos cidadãos nas visitas que a Assembleia Municipal faz às freguesias.
Felicitou o novo líder do PS pelas informações que prestou na última sessão, acerca das suas posições na Comissão Permanente.
Perguntou porque é que ainda até hoje não têm conhecimento das atividades dos Conselhos Municipais de Educação, da Juventude, e da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, pois gostaria que fosse divulgada informação sobre os mesmos.
Perguntou ainda qual a atividade do Conselho da Comunidade do ACES Douro Sul, do qual o membro Maria Albertina da Silva Ferreira Adrega Cardoso faz parte.
Felicitou a Câmara Municipal por ter conseguido trazer a Cáritas para o Municipio, uma vez que tem feito um excelente trabalho.
O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que ficaram registadas as preocupações e que irão ser analisadas.

Terminado o 1° momento do Período de Intervenção do Público, passou-se de seguida à

INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA NOS TERMOS DO ART. 17° DO REGIMENTO

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início à intervenção dos membros da Assembleia, nos termos do artigo dezassete do Regimento.

Intervieram os seguintes membros:

- **Rui Fernando Guedes Raimundo** - Iniciou por referir que concorda com o Senhor Presidente da Assembleia no que respeita aos desfiles de Carnaval de Arguedeira, Esporões e Tarouca, com os quais se congratula, entendendo que se fossem transformados num desfile único, mantendo as respetivas identidades, seria muito interessante.

Relativamente à inauguração da sede da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Tarouca e Dálvares, apresentou um pedido de desculpas público a todos os membros da Assembleia, pois apesar de ter tentado ser o mais abrangente possível nos convites, por lapso, não foram enviados convites para os membros da Assembleia. Em relação à cerimónia, disse que foi simples e singela, à qual procuraram dar a dignidade que o evento merecia.

Relativamente ao projeto do Sport Clube Tarouca, disse que a juventude estava muito desacompanhada e, neste momento, esta Associação conseguiu abranger cerca de cento e cinquenta crianças e jovens dos quatro aos dezoito anos, que dessa forma poderão ter um melhor futuro, tendo dado os parabéns aos responsáveis pela Associação e à Câmara Municipal por todo o apoio.

Deu ainda os parabéns ao Executivo pela decisão tomada que revolucionou os transportes escolares, tendo perguntado se já houve alguma decisão em relação à providência cautelar.

- **Manuel Leite dos Santos** - Leu em voz alta a intervenção que a seguir se transcreve:

"1. Municipalização do Ensino:

Voltando ao assunto abordado na sessão da Assembleia de dezembro, queremos que o Executivo desta autarquia nos esclareça:

- A CMT está ou não envolvida neste percurso? Se SIM:
- 1.1 Quais as contrapartidas recebidas ou prometidas do governo central pela adesão a este esquema de funcionamento ou gestão?
- 1.2 Quais os critérios aplicados ou a aplicar na seleção/recrutamento dos professores e qual a forma de atribuição remunerativa?

Sr. Presidente, sabe bem que a posição do PS é avessa à municipalização do ensino. O Sr. Presidente sabe muito bem, que as suspeições só se aniquilam com transparência e verdade de informação. Como é consabido, termos mais informação não é, apenas um mero direito, mas também uma

ferramenta de poder e de responsabilidade para o saber agir, em especial, contra os mais pressurosos que por mais que soprem nunca hão de ser capazes de encobrir o SOL.
Sobre este assunto, voltamos à colaça, de novo, hoje e aqui, para analisarmos se este tema é ou pode ser um projeto fomentador de injustiça e de compadrio que de todo cumpre rejeitar.

- 2. Energia Elétrica:

Sobre esta matéria, o Sr. Presidente na última Assembleia respondeu-me que nunca a autarquia recebera nenhum pedido para tal fim e eu fiquei, permita-me asseverar, surpreendido. Qualquer ação proativa da autarquia em prol dos seus munícipes, além do significado e reconhecimento é um fator de motivação. No caso em presença, é a vontade de se querer apoiar os agricultores cujas dificuldades de rega consubstancia cada vez mais a desistência dos nossos agricultores e o consequente subdesenvolvimento agrícola.
A energia elétrica é indubitavelmente uma mais-valia à qual devemos dedicar maior acuidade. Na assembleia de 17 de dezembro, o grupo socialista estava a propor, numa primeira fase, um levantamento dos pontos de água necessários tendo em vista mandar construir uma rede elétrica estratégica eficaz, tão breve quanto possível, por modo a que neste verão os campos sejam já servidos desta melhoria.
Este trabalho implica e não dispensa, naturalmente, o envolvimento e a cooperação das juntas de freguesia, enquanto entidades mais diretamente ligadas ao assunto.

- 3.Competições Culturais: Jogos Florais Vale do Varosa 2015:

- 3.1 Infantis e Juvenis Vale do Varosa 2015

Também aqui, aquando apresentado este tema na última assembleia, o Sr. Presidente respondeu que estas competições já se faziam no concelho. Não ripostei na altura mas fiquei surpreendido, mas soube, posteriormente que estes não se faziam.
Neste contexto, o GPPS entregou ontem ao Sr. PCMT, um Projeto de Competições Culturais de Prosa e Pintura, com carácter anual em data ou evento a acordar, destinadas à comunidade infantil e juvenil de Tarouca,
Para a sua realização é imprescindível, a constituição duma Comissão Organizadora, que solicitará atempadamente o apoio logístico assinalado no regulamento.
Este evento cessa com a entrega dos prémios numa cerimónia de Proclamação de Vencedores, que pode ser conjunta numa celebração camarária a indicar.

3 - Unidade Móvel de Saúde (UMS) "Saúde em Movimento":

A UMS iniciou em 2005 o seu funcionamento regular de um serviço de proximidade em benefício da população do Concelho, particularmente aos mais idosos com mobilidade reduzida e à população em geral, através da prestação de

cuidados primários de saúde, nomeadamente rastreios de colesterol, diabetes, tensão arterial e pequenos curativos com a viatura a percorrer as freguesias do concelho semanalmente. Isto é o que, ainda hoje permanece no *site* do município.
Este serviço, como se sabe, esteve suspenso desde julho do ano passado, ou pelo menos declarado caducado o contrato de prestação destes serviços com a enfermeira que fazia este serviço.
O serviço retomou a atividade recentemente com a contratação da mesma enfermeira mas este reinício não foi nem tem sido publicitado da forma mais adequada, nomeadamente as visitas e os percursos semanais e, por isso, as queixas do seu funcionamento já este ano. Não se conhecem nem os dias nem as horas em que vai às localidades.
Atento a estes problemas, solicita-se ao Sr. Presidente que esclareça como pensa minimizar estes constrangimentos e se continua, como esperamos, a entender este serviço importante.

4 – Pedido de esclarecimentos:

-Pagamento de coimas: quem suporta o pagamento de eventuais coimas aplicadas às empresas que efetuam os transportes escolares?
- A condução dos autocarros é feita só com funcionários da Autarquia?"

- António Luís Carrapa Sarmento – Destacou a exposição "Um Olhar sobre as Origens" que decorreu em Viseu nos meses de dezembro e janeiro, no Instituto Português do Desporto e da Juventude e no McDonald's, por ser uma forma importantíssima de divulgação do concelho e do seu património.
Felicitou o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Tarouca e Dalvares pela inauguração da sede da Junta, onde constatou que foi feito um trabalho extraordinário pelos funcionários da Autarquia, o qual merece destaque.
Destacou ainda o desporto e as atividades levadas a efeito pelo Município que são cada vez mais abrangentes, pois não se destinam apenas a um setor da população, uma vez que abarcam diferentes escalões etários, o que é muito importante.
Salientou a publicação do Boletim Informativo e a forma como este foi concebido, com textos agradáveis e muita imagem, tendo juntado, pela primeira vez, as atividades do Executivo e da Assembleia Municipal.
Colocou ao Senhor Presidente da Câmara as seguintes questões:
- Qual o ponto de situação do Centro de Atividades Ocupacionais para pessoas com deficiência (CAO)?
- Qual a razão concreta para a piscina coberta estar encerrada e não estar prevista a sua reabertura?

Continuou dirigindo-se ao membro Manuel Leite dos Santos, tendo referido que a municipalização da educação é um assunto que teve início com a ex-Ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, e em tudo o que já leu até agora sobre o assunto, não viu qualquer intenção, por parte do atual Ministério da Educação, em ir mais longe do que foi aquela ministra. Salientou ainda que discordaria completamente se houvesse intenção de atribuir às Autarquias competência para a seleção de professores, dado que se assim fosse seria um caos total.
Acrescentou que a Autarquia já é responsável pelo pessoal não docente, pelo fornecimento de refeições, pelos edifícios e pela sua manutenção e conservação e ainda pelos equipamentos, por isso, pensa que neste momento estaria mais interessada numa "desmunicipalização".
Perguntou de quem é a proposta para a realização dos jogos florais, se é do Grupo do PS ou do membro Manuel Leite dos Santos, pois começa a ficar confundido, com o que se pretende com os mesmos.
Estranhou que os transportes escolares tivessem passado a constituir uma preocupação nas sessões da Assembleia Municipal, uma vez que antes da Câmara Municipal ter decidido executar os transportes, ninguém se preocupava com as condições em que viajavam as crianças. Contudo, de repente a Câmara Municipal faz algo para assegurar a melhor qualidade dos transportes das crianças, e começam a fazer-se sentir as preocupações.
Em resposta à intervenção da cidadã Assunção Monteiro, esclareceu que nunca houve tanta divulgação da atividade da Câmara Municipal como agora, no *site* e *facebook* do Município, com atualização diária, na página da Assembleia Municipal, no Boletim Informativo, etc., por isso não percebe o seu pedido.
Disse que concorda inteiramente com o que foi dito relativamente aos desfiles de Carnaval, pois se todos se juntassem para organizar apenas um desfile, seria mais grandioso, e Tarouca só teria a ganhar com isso.
Terminadas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para prestar os esclarecimentos necessários.
O Senhor Presidente da Câmara iniciou por se dirigir ao membro Rui Fernando Guedes Raimundo, tendo dito que concorda com ele no que respeita à organização de um desfile de Carnaval único, e por isso o Executivo irá tentar sensibilizar as pessoas para que isso venha a acontecer.
Deu-lhe ainda os parabéns pela inauguração da sede da Junta de Freguesia, cuja cerimónia correspondeu às expectativas de todos.
Felicitou a direção do Sport Clube de Tarouca por toda a dedicação, esforço e trabalho que têm desenvolvido, o que se

deve à respetiva direção, mas também aos pais e avós, que têm colaborado e que se deslocam para acompanhar as crianças.
Quanto aos transportes escolares, informou que quando iniciaram a execução dos mesmos receberam uma providência cautelar apresentada pela empresa Transdev, a qual foi julgada improcedente, por não provada e, em consequência, absolvido o Município de Tarouca. Realçou ainda o trabalho da Chefe de Divisão da DAF e da Chefe de Gabinete, que elaboraram a fundamentação da resposta à referida providência cautelar, a qual não deixou quaisquer dúvidas ao juiz das razões do Município. Acrescentou que estão muito satisfeitos pela decisão tomada, pois todos os dias os pais lhes dão os parabéns pela melhoria das condições dos transportes escolares.
Ao membro Manuel Leite dos Santos, quanto á municipalização do ensino, disse que ainda não têm nada de novo, apenas existe o protocolo que foi celebrado anteriormente, o qual tem enormes custos para o Município, para conseguirem dar as melhores condições para os alunos.
Em relação à energia elétrica, explicou que a Câmara Municipal está a desenvolver um trabalho importante para os agricultores, com a eletrificação dos caminhos necessários para a agricultura, em parceria com as juntas de freguesia.
A propósito, referiu que a Régisfruta é uma instituição que também existe exclusivamente com a missão de ajudar os agricultores, apesar dos inúmeros problemas que tem dado. Informou que a direção daquela organização teve há dias uma reunião em Lisboa para a formalização de uma candidatura ao PRODER e que tiveram de disponibilizar do próprio dinheiro, para que a mesma fosse possível, com a única intenção de ajudar os agricultores. Salientou por isso o enorme esforço que está a ser feito para colocar aquela infraestrutura a dar lucro. Considera que estão a fazer o que é possível pelos agricultores do concelho.
Relativamente aos jogos florais, disse que só recebeu hoje o respetivo programa e por isso terá de o analisar.
Quanto á Unidade Móvel, explicou que ela esteve sempre a funcionar ao serviço do Centro de Saúde e que foram apanhados de surpresa com a saída da enfermeira que ali prestava serviço, cuja substituição está a ser já resolvida. Disse ainda que está a ser pensado num novo modelo de funcionamento, para prestar um serviço de melhor qualidade à população.
Continuou explicando que as coimas que forem aplicadas à empresa que faz transportes escolares, será ela própria a pagá-las.
Em relação ao Centro de Atividades Ocupacionais (CAO), explicou que tiveram de parar as obras até ser obtida uma

resposta da Segurança Social, que ainda não enviou as alterações necessárias.
Prosseguiu informando que as piscinas cobertas o preocupam bastante, porque o chão rebentou todo e teve de ser reparado, e só no enchimento dos tanques gastarão cerca de oito mil euros de gaz. Por outro lado, foi também detetado pelos técnicos de saúde um problema no teto, que deixava cair um líquido que prejudicava a água, por isso terá também de ser substituído, o que onerará o custo.
Terminadas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início à discussão dos assuntos da ordem do dia.

PONTO 1: APRESENTAÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO DOURO NOS TERMOS DA AL. A) DO N° 5 DA LEI N° 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO

Presente o Secretário Executivo, Eng.° Paulo Noronha, em representação da Comunidade Intermunicipal do Douro, convocada nos termos da al. a) do n° 5 da Lei n° 75/2013, de 12 de setembro, para apresentação das atividades desenvolvidas no âmbito da Entidade Intermunicipal.

O Secretário Executivo da CIMDouro iniciou por explicar que irá apresentar a Estratégia de Desenvolvimento Integrado da Região do Douro (2014-2020), a qual é dinamizada pela Comunidade Intermunicipal do Douro e que estrutura a visão, estratégia e plano de ação da região para o próximo período de programação estrutural, elaborada na sequência das instruções emanadas da Comissão Europeia. Salientou a grande importância deste documento, pois qualquer investimento público ou privado tem de se enquadrar na Estratégia senão não conseguirá obter financiamento pelos fundos comunitários.
Referiu que neste documento estão definidas as principais linhas de atuação e as principais prioridades da região, para o horizonte temporal 2014-2020, considerando, nomeadamente, o quadro de orientações e princípios, a nível nacional e comunitário, que suportam o próximo período de programação, tendo havido um processo de auscultação de atores realizado, através de 3 workshops temáticos, nos quais participaram cerca de 40 entidades convidadas (universidades, associações, agentes económicos, etc), o que permitiu uma reflexão e debate sobre os grandes problemas que a região enfrenta.
Apresentou os resultados do diagnóstico prospetivo regional que resultou daquele estudo, salientando-se o elevado desemprego e a persistente divergência da região em relação ao todo nacional, nos indicadores das áreas da competitividade, saúde e educação.
Explicou que desta constatação foram definidas as seguintes apostas, intituladas "apostas *vintage*" para ultrapassar aqueles problemas: - redução das assimetrias sociais e

territoriais; - promoção da qualificação dos recursos humanos; - reforço da cooperação e do empreendedorismo; - promoção da iniciativa empresarial; - promoção da mobilidade e conetividade interna e externa da região; - valorização da excelência do património cultural e natural e da qualidade ambiental, urbanística e paisagística da região; - promoção da eficiência energética e da utilização de energias renováveis; valorização de um modelo policêntrico no sistema territorial do Douro; - valorização da projeção do Douro; - reforço da capacitação e qualificação empresarial e institucional; - potenciação de um novo modelo institucional e de governação.

Ressaltou que as dimensões de valorização são estruturadas nos seguintes quatro eixos principais, os quais explicou:

- Eixo 1. Competitividade, conhecimento e inovação;
- Eixo 2. Sustentabilidade territorial;
- Eixo 3. Inclusão e coesão social;
- Eixo 4. Redes territoriais e governação.

Quanto a este último eixo, no qual se pretende um novo modelo de gestão e governação para o território da Região Douro, referiu que assenta num conjunto de parcerias, estando previsto um órgão consultivo, o Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal (CEDI), o qual tem já um conjunto de noventa entidades a compô-lo e, por isso, terá de ser constituída uma Comissão de Governação e Acompanhamento (CGA) e um Secretariado de Apoio Técnico (SAT).

Informou que foram estabelecidos os seguintes patamares para o desenvolvimento do Douro, os quais dependem de uma concertação entre entidades, sem a qual nada conseguirá ser concretizado:

1. Pacto para a qualificação e empregabilidade
2. Plataforma de conetividade territorial para as pessoas, comunidades e empresas;
3. Rede de eficiência energética e energias renováveis
4. Plataforma de compromisso para um Douro Património Mundial Sustentável;
5. Rede para uma região inclusiva e empreendedora;
6. Plataforma regional de conhecimento e inovação para a fileira agroalimentar;
7. Pacto para a qualificação, diferenciação e promoção da fileira turística;
8. Promoção e reconhecimento de práticas de mérito;
9. Rede para a modernização e qualificação administrativa.

Salientou que a estratégia de desenvolvimento só será concretizada se todos os agentes no terreno se entenderem e criarem um compromisso comum, pois o modelo de atribuição dos fundos comunitários é agora igual em toda a Europa. Se não se conseguirem atingir os objetivos definidos nos projetos candidatados, de acordo com os medidores de

eficácia, todos serão penalizados, pois terá de ser devolvido o financiamento recebido, o que pode ser trágico num território como o nosso.
Explicou ainda como será distribuído o financiamento aos Municípios no novo Quadro Comunitário, salientando que dentro do território da CIM só as cidades de Vila Real e Lamego cumprem os critérios estabelecidos para intervenção urbana. Contudo, o Presidente da CCDRN já garantiu aos autarcas que teria de ser arranjada uma estratégia para arranjar verbas para dividir pelos outros Municípios. Salientou que os investimentos para a maioria das obras físicas já não terão financiamento.
Referiu ainda que o quadro comunitário dirige-se em grande parte às empresas, por isso terão de ser encontradas soluções para que as mesmas se organizem a fim de conseguirem aproveitar as oportunidades criadas.
Concluiu deixando o desafio a todos os membros para que ajudem a sensibilizar e a mobilizar as empresas e as entidades sociais que existem no terreno, a fim de se entenderem e se organizarem no sentido de apresentarem candidaturas aos fundos comunitários, senão correrão o risco de não conseguir qualquer financiamento, uma vez que, no último quadro comunitário, o eixo das empresas foi o que teve menor execução, por não terem tido capacidade de se organizar.
Intervieram os seguintes membros:
- **António do Carmo Santos** – Referiu que ele próprio e o Senhor Presidente da Assembleia integram a Assembleia Intermunicipal da CIMDouro, em cujo órgão este documento tem sido alvo de muitas reflexões, para além de terem já sido realizadas outras reuniões, no sentido de serem encontradas soluções que melhor sirvam a nossa região.
- **Luís Fernando Coelho de Barros Pereira** – Salientou a importância de se fazer chegar a mensagem aqui transmitida a todos os cidadãos, o que também cabe a cada membro da Assembleia, porque enquanto eleitos são responsáveis por fazer algo por todos.
Referiu que já há alguns anos se começou com o emparcelamento na área do setor rural, mas falhou o emparcelamento cultural, porque as pessoas não estão preparadas para se juntarem ao próximo.
Reforçou o apelo ao papel de todos enquanto eleitos, quer sejam das freguesias, ou do município, que têm a grande responsabilidade de informar as pessoas e de as fazer movimentar, pois há necessidade de se encararem os constrangimentos e as falhas que existem, juntando-se todos, esquecendo as cores politicas, para caminharem no mesmo sentido.
- **Rui Fernando Guedes Raimundo** – Perguntou qual é o conceito de coesão territorial, quando a grande parte dos fundos

comunitários destinados à reabilitação urbana, se aplicarão apenas às cidades do Porto, Vila Real e Lamego.
- **Secretário Executivo da CIMDouro** - Explicou que, pela primeira vez, a União Europeia aprovou um Quadro com definições iguais para todos os países, determinando uma certa extensão de área urbana para a obtenção dos fundos comunitários, e no caso da região norte só existe como região urbana legal, a área metropolitana. Ao único instrumento legal que a Comissão de Coordenação da Região do Norte se pôde agarrar foi ao Plano Regional de Ordenamento do Território, para conseguir fundos.
Interveio de seguida **o Senhor Presidente da Câmara**, tendo agradecido ao Secretário Executivo da CIMDouro pela excelente explicação.
Explicou que o documento apresentado foi elaborado com o contributo dos Municípios, e que têm de continuar a trabalhar em conjunto para chegar a acordos, a fim de conseguirem chegar a um plano estratégico que favoreça toda a região.
Disse ainda que a Câmara Municipal já tinha pensado em proporcionar aos empreendedores locais reuniões para se explicar todo este processo.
Foi tomado conhecimento.

PONTO 2. APRECIAÇÃO DO RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES E AVALIAÇÃO 2014 DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE TAROUCA, DE ACORDO COM A AL. H) DO N° 2, DO ART. 18° DA LEI DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM PERIGO (LEI N° 147/99, DE 1/09)

Presente o Relatório Anual de Atividades e Avaliação do ano de dois mil e catorze da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Tarouca, de acordo com a al. h) do n° 2, do art. 18° da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei n° 147/99, de 1/09), o qual foi enviado com a devida antecedência a todos os membros para apreciação.
A Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Tarouca, Susana Gouveia, presente na reunião, iniciou por agradecer ao Senhor Presidente da Assembleia o convite que endereçou à CPCJ para apresentarem o relatório anual nesta sessão.
Salientou que esta apresentação também serve para sensibilizar todos os presentes, particularmente os Senhores Presidentes de Junta, para a problemática que se está a vincar cada vez mais no Concelho, atendendo à atual conjuntura económica, que é o problema do álcool.
Referiu que todas as imagens constantes do relatório foram realizadas no âmbito da atividade realizada em novembro "Comemoração dos Direitos Internacionais da Criança".
Explicou a composição da Comissão Alargada e da Comissão Restrita, que trabalha diretamente com as crianças, tendo esclarecido que a CPCJ é uma entidade autónoma, que atua na

aplicação das medidas junto das crianças de forma autónoma, estritamente ligada com os Tribunais e com o Ministério Público.
Prosseguiu apresentando os dados estatísticos do ano findo, tendo explicado o procedimento seguido. Referiu que o número total de processos do ano findo foi de cinquenta e oito, salientando que se trata de um processo por criança, dos quais vinte e oito transitaram para o corrente ano.
Salientou que a faixa etária dos sinalizados que mais os preocupa se situa entre os onze e os dezassete anos, por estarem mais expostas ao risco e ao perigo, estando este muito ligado à falta de condições económicas dos agregados familiares.
Informou que um dos motivos com maior percentagem de intervenção é o da violência doméstica entre os cônjuges, que se repercute nas crianças, a que se segue a negligência, para o que pede a especial atenção dos Senhores Presidentes de Juntas.
Continuou dando conhecimento das medidas que têm vindo a ser aplicadas, dos processos transitados para 2015, dos processos arquivados, acrescentando que após a intervenção da CPCJ, na maioria dos casos, a situação foi normalizada.
Apelou de novo à sensibilização dos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, uma vez que estão mais próximos da população, para que estejam atentos às situações de violência doméstica, cuja grande causa é o alcoolismo. Solicitou que sinalizem essas situações e tentem acompanhar a situação das pessoas, de forma a que possam ser tratadas em tempo as problemáticas pelos técnicos competentes.
Ressaltou a diminuição dos processos por absentismo escolar, dado o trabalho que tem sido desenvolvido com a escola, porque é a entidade de primeira linha na sinalização, de forma a evitar que as crianças tenham de ser acompanhadas pela CPCJ, e fiquem com esse estigma para sempre.
Concluiu apresentando alguns trabalhos realizados pelas crianças para as referidas comemorações.
O Senhor Presidente da Assembleia Municipal felicitou a Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Tarouca pelo trabalho que tem desenvolvido e pela forma atuante, impedindo estigmas às crianças.
- **Luís Fernando Coelho de Barros Pereira** - Disse que, enquanto pai, ao ver esta informação fica profundamente consternado com os números. Deu nota positiva e desejou força psicológica à Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Tarouca, pelo seu excelente trabalho, manifestando a sua disponibilidade para apoiar no que for necessário.
- **Rui Fernando Guedes Raimundo** - Realçou o trabalho da Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Tarouca, salientando que poderá contar sempre com o seu

apoio e empenho na comunicação dos casos e no respetivo acompanhamento.
Disse que se sente frustrado quando identifica situações, que após a sinalização, as entidades competentes, que poderiam efetivamente intervir, não fazem nada para resolver o problema.
- **António Luís Carrapa Sarmento** - Deu os parabéns à Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Tarouca pelo trabalho que tem vindo a desenvolver e pela forma como apresentou este relatório, porque assim é muito mais fácil perceber a realidade no Concelho.
Salientou o absentismo escolar, tendo lamentado que o Ministério da Educação exija que o seu representante na CPCJ seja alguém com insuficiência letiva, o que não tem sentido nenhum, pois muitas vezes os Agrupamentos de Escolas vêm-se obrigados a indicar pessoas que não são adequadas e que não têm capacidade para analisar os dados relativos ao absentismo.
Considera que é muito importante a sensibilização feita pela Presidente da CPCJ aos presentes, porque é um dever de todos estarem atentos a qualquer situação de crianças e jovens em perigo.
Terminadas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.
O Senhor Presidente da Câmara iniciou por dar os parabéns à Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Tarouca e a toda a equipa com quem trabalha, porque fazem tudo no anonimato, sem expor as pessoas. Ressaltou ainda a colaboração de todos os parceiros, que é imprescindível para o êxito que têm conseguido obter.
Concluiu dizendo que se tem vindo a aperceber que há no Concelho alguma pobreza envergonhada, de cujos casos os serviços sociais da Câmara Municipal tiveram conhecimento e a quem levaram bens essenciais, ressaltando o excelente trabalho que aqueles serviços têm vindo a desenvolver.
Foi tomado conhecimento do Relatório Anual de Atividades e Avaliação 2014 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Tarouca.

PONTO 3. CUIDADOS DE SAÚDE PARA OS CIDADÃOS DO CONCELHO DE TAROUCA - CUIDADOS DE SAÚDE PRIMÁRIOS, HOSPITALARES E CONTINUADOS

O Senhor Presidente da Assembleia iniciou por agradecer aos Representantes da Saúde do ACES Douro Sul, designadamente ao Diretor Executivo, Dr. Rui Dionísio, à Presidente do Conselho Clínico, Dra. Eliza Bento Guia, e à Presidente da Direção e Enfermagem, Dra. Helena Norinha, a presença nesta reunião, dada a importância que a informação sobre a saúde representa para os cidadãos, e porque permitirá a esta Assembleia tomar conhecimento da problemática da saúde no Concelho e na região.

Informou que, de seguida, intervirá o Senhor Diretor Executivo do ACES Douro Sul, a que se seguirá a sua própria intervenção sobre Cuidados de Saúde Diferenciados, uma vez que não foi possível estar aqui alguém que represente o Hospital de Lamego, a que se seguirá a intervenção do Senhor Presidente da Câmara, e depois o período de intervenções.

O **Senhor Diretor Executivo do ACES Douro Sul** iniciou por referir que falar de saúde é uma questão muito complexa, especialmente no que se refere aos cuidados de saúde primários, porque são os mais próximos da população, em que a prevenção da doença e a promoção da saúde têm de ser o alicerce no sentido de garantirem a qualidade aos utentes.

Salientou que não trazem nenhuma receita mágica, estando-se no entanto a fazer todos os possíveis para reorganizar os serviços, de forma a satisfazer da melhor forma os utentes.

Explicou que o ACES Douro Sul abrange oito concelhos, com várias unidades funcionais, e o Centro de Saúde de Tarouca é formado por duas dessas unidades funcionais, a Unidade de Cuidados de Serviços Personalizados e uma Unidade de Cuidados na Comunidade.

Referiu que a saúde é a grande porta de entrada nas questões problemáticas, designadamente na área da violência doméstica, do álcool, etc., porque muitas vezes são ali despoletados e diagnosticados. O ACES Douro Sul tem de fazer este trabalho de parceria, e os profissionais têm de estar motivados no sentido de balizarem o diagnóstico diferenciado.

Ressaltou o contacto privilegiado que têm mantido com as Autarquias, das quais destaca a de Tarouca, com quem têm estabelecido uma excelente parceria, agradecendo ao Senhor Presidente da Câmara toda a colaboração que lhes tem sido prestada, quer ao nível de serviços sociais, quer recentemente com a dietista.

Explicou o funcionamento do ACES e a sua composição em termos de recursos humanos e de utentes inscritos.

No que diz respeito às áreas problemáticas assinaladas, salientou a questão do alcoolismo, pois a grande parte das neoplasias que existem no ACES Douro Sul estão relacionadas com esse problema.

Apontou ainda o aumento da população envelhecida, como uma área também muito problemática, pois a esperança média de vida tem aumentado muito, o que acarreta desafios a nível da própria comunidade, mas também aos profissionais de saúde.

Apresentou alguns indicadores relevantes relativos ao Centro de Saúde de Tarouca no ano findo, tendo salientado que foi feita uma média de mais de cem consultas por dia.

Informou que os eixos estratégicos traçados no ACES Douro Sul são os seguintes: a cidadania e a saúde; a equidade e o acesso aos cuidados de saúde; a qualidade em saúde e as políticas saudáveis, os quais explicou.

Quanto aos objetivos do sistema de saúde, explicou que se pretende ganhar em saúde, promovendo contextos que lhes sejam favoráveis ao longo de todo o ciclo vital, ou seja, desde o nascimento até à morte, tentando dar sempre mais qualidade de vida às pessoas.
Em relação à acessibilidade às consultas, explicou que em breve haverá alterações internas no Centro de Saúde de Tarouca, que permitirão dar uma resposta mais eficaz aos utentes, passando a ser possível marcar consultas por telefone, internet e presencialmente, o que também passará pela alteração de procedimentos e pela motivação dos profissionais para esta mudança de paradigma, cujo processo vai demorar algum tempo.
Concluiu dizendo que a saúde é uma área muito sensível, entendendo que a prioridade deve ser sempre dada aos cuidados de saúde primários. Ressaltou que estão recetivos à colaboração de todos e a sugestões para se poder melhorar a prestação de cuidados de saúde dos nossos utentes.
Interveio de seguida o Senhor Presidente da Assembleia tendo iniciado por dizer que irá fazer uma intervenção eminentemente política relativa aos Cuidados de Saúde Diferenciados. Informou que teve no dia anterior uma reunião com responsáveis do Hospital de Lamego da qual resultou a seguinte mensagem:
- O Hospital de Lamego tem como área geográfica o Douro Sul, e o programa funcional tinha como objetivo central a cirurgia ambulatória e preconizava desenvolver o seu trabalho para todos os doentes que preenchessem esses critérios. Contudo o hospital não conseguiu trazer para esse trabalho os profissionais de Vila Real e Chaves, tendo havido razões de índole politica e também de administração que o impediram.
Referiu que as trinta camas existentes, que inicialmente estavam previstas para convalescença após uma situação cirúrgica, estão destinadas a medicina interna e as pessoas que têm de ficar em observação são obrigadas a ficar internadas nos corredores, o qual tem uma ocupação de 145%.
Salientou que efetivamente ganhamos um edifício novo, mas perdemos uma urgência mais qualificada, com mais possibilidades, por exemplo, de urgência pediátrica, de cirurgia de urgência, por razões meramente economicistas, a que acresce o facto de termos perdido também a cirurgia programada, porque não há camas, nem equipas.
Referiu que de toda esta situação conclui que o Hospital de Lamego tem um programa funcional desajustado às necessidades da população do Douro Sul, porque está bem equipado, mas não serve a população.
Por outro lado, o Hospital tem o nome de Lamego, o que está incorreto, porque é um Hospital do Douro-Sul. E, por conseguinte, os autarcas teriam de ser chamados para dar

opinião sobre os assuntos relacionados com aquele equipamento, o que nunca aconteceu, nem na altura da sua construção, nem para a definição do seu programa funcional. Ultimamente para os problemas que vão acontecendo, têm sido apenas chamados os autarcas de Lamego, mas Lamego não lidera o Douro Sul e, por isso, é importante que se faça sentir que Tarouca quer ser ouvida na definição das políticas de saúde e está a organizar-se, conjuntamente com Lamego e com outros Municípios, para que consigam ter uma intervenção diferente na definição estratégica daquele Hospital.
Segundo a sua perspetiva, que é também a da estrutura técnica do Hospital de Lamego, entende que é preciso mudar urgentemente o programa funcional do Hospital, que permita ter mais trinta camas polivalentes e que faça voltar à urgência a especialidade pediátrica. Para além de que deverá possibilitar a cirurgia de ambulatório, por exemplo em ginecologia, ou seja, que se consiga ter os quatro pilares fundamentais para o seu funcionamento mínimo, que são a pediatria, a ortopedia, a medicina interna e a cirurgia geral, mas com equipas próprias, porque de outra forma estarão sempre sujeitos ao estado de espirito dos Diretores de Serviço de Vila Real.
Prosseguiu referindo que o Centro Oftalmológico que existe no Hospital de Lamego é de excelência, com um equipamento altamente sofisticado, mas que apenas dispõe de dois técnicos, um deles já quase em idade de reforma, por isso é preciso contratar outros técnicos, senão corre-se o risco do equipamento ser transferido para Vila Real.
Disse que existe ainda uma estrutura de Medicina de reabilitação com condições logísticas extraordinárias, mas tem poucos recursos e não há ligações com os cuidados de saúde primários que permitam dar uma resposta adequada a esta necessidade dos cidadãos.
Considera que é importante vincar que a pseudo-urgência qualificada, que a lei não especifica o que é, não passa de um serviço de urgência básico, que tem só um cirurgião e um internista, não se sabendo por quanto tempo resistirá.
Reforçou que é importante que todos tenham consciência desta situação, salientando que em termos de infraestruturas, o Hospital de Lamego tem condições extraordinárias, pois tem blocos operatórios de excelência, tem recursos humanos de excelência, mas falta um programa funcional adequado.
Quanto á criação de mais trinta camas, implicaria um investimento, porque seria necessário mais um piso, o que pode parecer uma utopia, mas tem de ser, e tem de se lutar politicamente para que isso aconteça, senão não teremos um hospital do Douro Sul.
Interveio de seguida o Senhor Presidente da Câmara tendo iniciado por agradecer a todos a forma como foi explicado o funcionamento da saúde em Tarouca, em especial no que se

refere à marcação das consultas no Centro de Saúde, uma vez que foi sempre uma preocupação sua e também de muitos dos membros da Assembleia que vinham questionando sobre essa matéria. Considera que o Centro de Saúde tem excelentes profissionais, que têm de se adaptar a uma nova forma de trabalhar, congratulando-se com estas boas notícias.
Referiu a unidade móvel, que entende que é muito importante, porque é essencial ir até às pessoas, tendo em consideração o envelhecimento da população, devendo o modelo ser reorganizado.
Felicitou ainda o Senhor Presidente da Assembleia pela excelente explicação sobre o Hospital de Lamego, e pela sua preocupação que é a de todos, porque o que se pretende é que os utentes sejam bem tratados.
Referiu ainda que participou numa reunião em que foi convidado o Município de Tarouca a ser parceiro numa equipa de apoio domiciliário após cirurgia, cujo projeto vai ser candidatado, do qual fará parte o Hospital de Lamego, e os Municípios de Tarouca, Peso da Régua e Lamego, tendo de imediato aceitado o desafio, porque tem muito respeito pela saúde.
Intervieram de seguida os seguintes membros:
- **Luís Fernando Coelho de Barros Pereira** – Disse que, enquanto cidadão Tarouquense, como pai e como membro do Grupo Municipal do Partido Socialista, a saúde preocupa-o muito, por isso irá dividir a sua intervenção.
Iniciou relatando um caso pessoal, no qual teve uma situação de urgência com o seu filho e acabou por passar pelo Centro de Saúde, que o dirigiu para o Hospital de Lamego, onde por não haver pediatria o mandaram para Vila Real, tendo acabado por se dirigir a uma clinica privada, porque não conseguiu a devida assistência no serviço público de saúde. Acha indigno este tratamento aos cidadãos, perguntando-se se não tivesse automóvel, ou possibilidades financeiras para pagar uma consulta privada, o que aconteceria?
Prosseguiu dizendo que ouviu atentamente a exposição do Senhor Presidente da Assembleia e sente empiricamente que o que traduziu está correto, e por isso enquanto membro do PS, propôs que "arregacem as mangas" e que se unam com outros Municípios, para lutar por uma melhoria dos serviços de saúde, manifestando-se disponível para qualquer situação de defesa da prestação de melhores serviços de saúde aos cidadãos.
- **Tiago Jorge Martins Eusébio** – Em resposta ao membro Manuel Leite dos Santos, explicou que a Unidade Móvel há uns anos tinha mais funcionalidades do que atualmente, tendo prestado um bom serviço à população do Concelho, contudo julga que devido a questões de gestão financeira do Ministério da Saúde começaram a ser feitas algumas restrições.